

ANEXO I
PROJETO BÁSICO

SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA DE CATALÃO.

1. DO OBJETO:

1.1. Contratação de empresa especializada para construção da Torre do Relógio a ser implantada na Avenida 20 de Agosto, conforme quantitativos e especificações mínimas discriminadas neste Instrumento, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Transportes.

2. AVALIAÇÃO DO CUSTO E DISCRIMINAÇÃO DO OBJETO:

2.1. Das condições de participação:

2.1.1. LIVRE CONCORRÊNCIA: No que tange ao presente procedimento licitatório, observa-se que a construção da Torre do Relógio possui valor estimado superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil).

2.1.2. Conforme preconiza o artigo 49, inciso III da Lei complementar 123/2006 c/c art. 11 da Instrução Normativa 008/2015 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, não será aplicado o tratamento diferenciado ou favorecido as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e/ou equiparadas (art. 47 e 48 III da Lei Complementar 123/2006) visto que, embora a contratação em ênfase tenha natureza divisível para sua execução, o tratamento diferenciado não é o mais vantajoso para a Administração ou poderá representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, pois se arriscaria ao final do procedimento licitatório termos duas ou mais empresas participando dos mesmos serviços, dificultando assim a fiscalização e a obtenção de melhor qualidade na prestação dos serviços, motivo suficiente para deliberar o presente certame a LIVRE CONCORRÊNCIA, sem reserva de cota para Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e/ou equiparadas.

2.1.3. Esclareço que tal escolha não representa prejuízo a qualquer licitante que almeja participar do certame, visto que esse será destinado a livre concorrência, inclusive para a participação de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e/ou Equiparadas, ficando os demais direitos a essas resguardados pela legislação.

2.2. Estimativa dos custos que compõem a obra:

2.2.1. Para obtenção de preços reais e compatíveis com o mercado e, devido à necessidade de garantir ampla publicidade e participação de fornecedores, bem como, observando as exigências estabelecidas no Art. 5º, § 1º alínea b da Instrução Normativa

010/2015 do Tribunal de Contas dos Municípios, utilizou as Tabelas Referenciais da AGETOP e SINAPI e na ausência de alguns insumos nas referidas, foi realizado cotação de mercado com empresas que atuam no ramo.

GRUPO DE SERVIÇO: 169- ESTRUTURA						
5	AGETOP	60000	ESTRUTURA	QUANT.	UND	MATERIAL
5.1	AGETOP	60105	ANDAIME METALICO FACHADEIRO (ALUSUEL/MES)	200,00	m2	R\$ 5,15
5.2	AGETOP	60191	FORMA DE TABUA ONTA BALDRAME 1/8 VEZES	0,50	m2	R\$ 11,94
5.3	AGETOP	60304	FORMA - CH COMPENSADA 17MM PLAST REAP 4V - (OBRAS CIVIS)	1,12	m2	R\$ 20,40
5.4	AGETOP	60309	FORMA CH COMPENSADA 12MM 1/8 VISA/PILAR 1/8V - (OBRAS CIVIS)	14,39	m2	R\$ 16,08
5.5	AGETOP	60303	ACD CA-20-A - 6,3 MM (1/4") - (OBRAS CIVIS)	1,69	kg	R\$ 4,83
5.6	AGETOP	60304	ACD CA-20 A - 8,0 MM (3/16") - (OBRAS CIVIS)	116,66	kg	R\$ 4,63
5.7	AGETOP	60305	ACD CA-20A - 10,0 MM (3/8") - (OBRAS CIVIS)	44,13	kg	R\$ 4,60
5.8	AGETOP	60314	ACD CA - 60 - 3,0 MM - (OBRAS CIVIS)	94,22	kg	R\$ 5,04
5.9	AGETOP	60520	CONCRETO USINADO CONVENCIONAL FC=25 MPa COM TRANSPORTE MANUAL - (O.C.)	1,08	m3	R\$ 290,31
5.10	AGETOP	60802	LANÇAMENTO/APLICAÇÃO/ADENSAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURA - (O.C.)	1,08	m3	R\$ 0,06
5.11	AGETOP	60524	CONCRETO USINADO BOMBÁVEL FC=25 MPa (O.C.)	2,63	m3	R\$ 298,04
5.12	AGETOP	60800	LANÇAMENTO/APLICAÇÃO/ADENSAMENTO DE CONCRETO USINADO BOMBÁVEL EM ESTRUTURA - (O.C.)	2,63	m3	R\$ 0,06
5.13	AGETOP	61101	FORRO EM LAJE PRE-MOLDADA PVC CAPEAMENTO/FERR.DISTRIB./ESCORAMENTO E FORMA/DEFORMA	2,23	m2	R\$ 48,92
TOTAL						R\$ 5.230,16
GRUPO DE SERVIÇO: 169- INST. ELÉTR./TELEFÔNICA/CABEAMENTO ESTRUTURADO						
6	AGETOP	70000	INST. ELÉTR./TELEFÔNICA/CABEAMENTO ESTRUTURADO	QUANT.	UND	MATERIAL
6.1	AGETOP	70710	CAIXA DE PASSAGEM 30X30X40CM COM TAMPA E DRENO BRITA	1,00	Un	R\$ 41,15
6.2	AGETOP	71171	DISJUNTOR MONOPOLAR DE 10 A 32-A	2,00	Un	R\$ 7,90
6.3	AGETOP	71194	ELETRODUTO PVC FLEXÍVEL - MANGUEIRA CORRUGADA LEVE - DIAM. 25MM	30,00	M	R\$ 1,14
6.4	AGETOP	71201	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO DIÂMETRO 3/4"	8,00	M	R\$ 1,48
6.5	AGETOP	71430	INTERRUPTOR DIFERENCIAL RESIDUAL (D.R.) BIPOLAR DE 25A-30mA	1,00	Un	R\$ 64,02
6.6	AGETOP	71291	RIO ISOLADO PVC 750 V, No. 2,5 MM2	60,00	M	R\$ 0,99
6.7	AGETOP	71292	RIO ISOLADO PVC 750 V, No. 4 MM2	40,00	M	R\$ 1,32
6.8	AGETOP	71441	INTERRUPTOR SIMPLES (2 SECOES)	1,00	Un	R\$ 13,15
6.9	AGETOP	71324	LÂMPADA VAPOR METÁLICO OVOIDE 70 W	8,00	Un	R\$ 39,43
6.10	AGETOP	71377	LÂMPADA COMPACTA ELÉTRONICA COM REATOR INTEGRADO 23/26 W	7,00	Un	R\$ 12,12
6.11	AGETOP	71614	LUMINÁRIA TIPO ARANDELA DE USO INTERNO - BASE E-27	6,00	un	R\$ 93,94
6.12	AGETOP	71681	LUMINÁRIA TIPO PROJETOR CIRCULAR ATÉ 200 W - BASE E-27	8,00	un	R\$ 99,10
6.13	AGETOP	71688	LUMINÁRIA TIPO SPOT DE SOBREPOR PARA 01 LÂMPADA	1,00	un	R\$ 45,92
6.14	AGETOP	72170	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE EMBUTIR EM PVC CB 125 - 80A	1,00	Un	R\$ 69,97
6.15	AGETOP	72135	REATOR APP USO EXTERNO V.METÁLICO 70 W	8,00	Un	R\$ 71,83
6.16	AGETOP	72320	RELE FOTO ELÉTRICO COM BASE	2,00	Un	R\$ 22,41
6.17	AGETOP	72430	TAMPA PARA CONDULETE DE PVC PARA 1 INTERRUPTOR	1,00	Un	R\$ 1,56
6.18	AGETOP	72585	TOMADA HEXAGONAL 2P + T - 20A - 250V	1,00	Un	R\$ 6,83
TOTAL						R\$ 3.060,07
GRUPO DE SERVIÇO: 172- ALVENARIAS E DIVISÓRIAS						
7	AGETOP	100000	ALVENARIAS E DIVISÓRIAS	QUANT.	UND	MATERIAL
7.1	AGETOP	100202	ALVENARIA DE TUBO FURADO 1 VEZ - ARG. (1 CALH+4ARML+100KG DE C/M3)	91,28	m2	R\$ 33,46
TOTAL						R\$ 3.077,11
GRUPO DE SERVIÇO: 174- IMPERMEABILIZAÇÃO						
8	AGETOP	120000	IMPERMEABILIZAÇÃO	QUANT.	UND	MATERIAL
8.1	AGETOP	120209	IMPERMEABILIZAÇÃO C/CEMENTO CRISTALIZANTE 3 DEMAGS	8,47	m2	R\$ 21,67
8.2	AGETOP	120902	IMPERMEABILIZAÇÃO VISAS BALDRAMES E=2,0 CM	5,48	m2	R\$ 7,83
TOTAL						R\$ 294,66
GRUPO DE SERVIÇO: 180- ESQUADRIAS METÁLICAS						
9	AGETOP	1800000	ESQUADRIAS METÁLICAS	QUANT.	UND	MATERIAL
9.1	AGETOP	180701	ESCADIA TIPO MARINHEIRO COM GUARDA CORPO PADRÃO AGETOP (H > 3M)	8,50	m2	R\$ 198,23
9.2	AGETOP	180491	PORTA DE ABRIR EM CHAPA PF-18 C/PERLAGENS	1,68	m2	R\$ 326,89
TOTAL						R\$ 3.180,37
TOTAL						R\$ 4.027,94

GRUPO DE SERVIÇO: 169- INST. ELET./TELEFÔNICA/CABEAMENTO ESTRUTURADO									
				QUANT.	UND	MATERIAL	MÃO DE OBRA	TOTAL	
6	AGETOP	70000	INST. ELET./TELEFÔNICA/CABEAMENTO ESTRUTURADO						
6.1	AGETOP	70710	CAIXA DE PASSAGEM 20X30X40CM COM TAMPA E DRENO BRITA	1,00	Un	R\$ 41,15	R\$ 47,30	R\$ 88,45	
6.2	AGETOP	71171	DISJUNTOR MONOPOLAR DE 10 A 32-A	2,00	Un	R\$ 7,90	R\$ 6,48	R\$ 28,76	
6.3	AGETOP	71194	ELETRODUTO PVC FLEXÍVEL - MANGUEIRA CORRUGADA LEVE - DIAM. 25MM	30,00	M	R\$ 1,14	R\$ 3,67	R\$ 144,30	
6.4	AGETOP	71201	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO DIAMETRO 3/4"	8,00	M	R\$ 1,48	R\$ 3,67	R\$ 44,20	
6.5	AGETOP	71430	INTERRUPTOR DIFERENCIAL RESIDUAL (D.R.) BIPOLAR DE 25A-30mA	1,00	Un	R\$ 64,02	R\$ 12,96	R\$ 76,98	
6.6	AGETOP	71291	RO ISOLADO PVC 750 V, No. 2,5 MM2	60,00	M	R\$ 0,99	R\$ 1,19	R\$ 130,80	
6.7	AGETOP	71292	RO ISOLADO PVC 750 V, No. 4 MM2	40,00	M	R\$ 1,32	R\$ 1,29	R\$ 104,40	
6.8	AGETOP	71441	INTERRUPTOR SIMPLES (2 SECOES)	1,00	Un	R\$ 13,13	R\$ 7,99	R\$ 21,14	
6.9	AGETOP	71524	LAMPADA VAPOR METÁLICO OVOIDE 70 W	8,00	Un	R\$ 39,43	R\$ 1,73	R\$ 329,28	
6.10	AGETOP	71577	LAMPADA COMPACTA ELETRÔNICA COM REATOR INTEGRADO 25/26 W	7,00	Un	R\$ 12,12	R\$ 1,73	R\$ 96,95	
6.11	AGETOP	71614	LUMINÁRIA TIPO ARANDELA DE USO INTERNO - BASE E-27	6,00	un	R\$ 93,94	R\$ 6,97	R\$ 603,46	
6.12	AGETOP	71682	LUMINÁRIA TIPO PROJETO CIRCULAR ATÉ 200 W - BASE E-27	8,00	un	R\$ 39,10	R\$ 6,97	R\$ 318,56	
6.13	AGETOP	71688	LUMINÁRIA TIPO SPOT DE SOBREPOR PARA OL LÂMPADA	1,00	un	R\$ 45,92	R\$ 6,97	R\$ 52,89	
6.14	AGETOP	72170	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE EMBUTIR EM PVC CB 12E - 30A	1,00	Un	R\$ 89,97	R\$ 32,40	R\$ 102,37	
6.15	AGETOP	72233	REATOR APP USO EXTERNO V.METÁLICO 70 W	8,00	Un	R\$ 71,83	R\$ 3,80	R\$ 603,20	
6.16	AGETOP	72320	RELE FOTO ELÉTRICO COM BASE	2,00	Un	R\$ 22,41	R\$ 21,60	R\$ 88,01	
6.17	AGETOP	72430	TAMPA PARA CONDULETE DE PVC PARA 1 INTERRUPTOR	1,00	Un	R\$ 1,56	R\$ 0,63	R\$ 2,21	
6.18	AGETOP	72583	TOMADA HEXAGONAL 2P + T - 20A - 230V	1,00	Un	R\$ 6,83	R\$ 6,27	R\$ 13,10	
							TOTAL	R\$ 3.060,07	R\$ 3.873,38
GRUPO DE SERVIÇO: 172- ALVENARIAS E DIVISÓRIAS									
				QUANT.	UND	MATERIAL	MÃO DE OBRA	TOTAL	
7	AGETOP	100000	ALVENARIAS E DIVISÓRIAS						
7.1	AGETOP	100202	ALVENARIA DE TUAO FURADO 1 VEZ - ARG. (1CALH+4ARML+100KG DE C/M3)	91,28	m2	R\$ 33,46	R\$ 29,83	R\$ 5.777,11	
							TOTAL	R\$ 5.777,11	R\$ 7.316,71
GRUPO DE SERVIÇO: 174- IMPERMEABILIZAÇÃO									
				QUANT.	UND	MATERIAL	MÃO DE OBRA	TOTAL	
8	AGETOP	120000	IMPERMEABILIZAÇÃO						
8.1	AGETOP	120209	IMPERMEABILIZAÇÃO-C/CEMENTO CRISTALIZANTE 3 DEMEOS	8,47	m2	R\$ 21,67	R\$ 0,00	R\$ 183,60	
8.2	AGETOP	120902	IMPERMEABILIZAÇÃO VIGAS BALDRAMES B=2,0 CM	5,48	m2	R\$ 7,03	R\$ 13,20	R\$ 111,06	
							TOTAL	R\$ 294,66	R\$ 373,19
GRUPO DE SERVIÇO: 180- ESQUADRIAS METÁLICAS									
				QUANT.	UND	MATERIAL	MÃO DE OBRA	TOTAL	
9	AGETOP	1800000	ESQUADRIAS METÁLICAS						
9.1	AGETOP	180701	ESCALADA TIPO MARINHEIRO COM GUARDA CORPO PADRÃO AGETOP (H > 3M)	8,50	m2	R\$ 299,23	R\$ 4,85	R\$ 2.584,68	
9.2	AGETOP	180491	PORTA DE ABRIR EM CHAPA PP-18 C/FERRAGEM	1,68	m2	R\$ 326,89	R\$ 27,69	R\$ 595,69	
							TOTAL	R\$ 3.180,37	R\$ 4.027,94
GRUPO DE SERVIÇO: 182- REVESTIMENTO DE PAREDE									
				QUANT.	UND	MATERIAL	MÃO DE OBRA	TOTAL	
10	AGETOP	200000	REVESTIMENTO DE PAREDE						
10.1	AGETOP	200101	CHAPISCO COMUM	182,56	m2	R\$ 1,32	R\$ 2,10	R\$ 624,36	
10.2	AGETOP	200403	REBOCO (1 CALH+4ARFC+100KG/C/M3)	182,56	m2	R\$ 1,38	R\$ 9,16	R\$ 1.924,18	
							TOTAL	R\$ 2.548,54	R\$ 3.227,72
GRUPO DE SERVIÇO: 183- FORROS									
				QUANT.	UND	MATERIAL	MÃO DE OBRA	TOTAL	
11	AGETOP	210000	FORROS						
11.1	AGETOP	210513	GEISO CORRIDO EM TETO	7,09	m2	R\$ 2,88	R\$ 8,28	R\$ 79,12	
							TOTAL	R\$ 79,12	R\$ 100,21
GRUPO DE SERVIÇO: 184- REVESTIMENTO DE PISO									
				QUANT.	UND	MATERIAL	MÃO DE OBRA	TOTAL	
12	AGETOP	220000	REVESTIMENTO DE PISO						
12.1	AGETOP	221101	GRANITINA 60X60 FUNDIDA COM CONTRAPISO (101-3ARML) B=2CM E NATA DE CIMENTO	4,84	m2	R\$ 40,92	R\$ 11,11	R\$ 251,83	
12.2	AGETOP	221102	RODAPÊ FUNDIDO DE GRANITINA 7CM	8,00	m2	R\$ 10,00	R\$ 0,00	R\$ 80,00	
							TOTAL	R\$ 331,83	R\$ 420,26
GRUPO DE SERVIÇO: 187- ADMINISTRAÇÃO - MENSALIDADES									
				QUANT.	UND	MATERIAL	MÃO DE OBRA	TOTAL	
13	AGETOP	250000	ADMINISTRAÇÃO - MENSALIDADES						
13.1	AGETOP	250103	ENCARGADO - (OBRAS CIVIS)	480,00	H	R\$ 0,00	R\$ 15,07	R\$ 7.233,60	
							TOTAL	R\$ 7.233,60	R\$ 9.161,35
GRUPO DE SERVIÇO: 188- PINTURA									
				QUANT.	UND	MATERIAL	MÃO DE OBRA	TOTAL	
14	AGETOP	260000	PINTURA						
14.1	AGETOP	261000	PINTURA LATEX ACRILICA 2 DEMEOS C/SEALADOR	100,02	m2	R\$ 3,81	R\$ 4,72	R\$ 853,17	
14.2	AGETOP	261008	FUNDO ANTICORROSIVO PARA ESQUADRIAS METÁLICAS	37,98	m2	R\$ 1,77	R\$ 5,47	R\$ 274,98	
14.3	AGETOP	261300	EMASSAMENTO COM MASSA PVA DUAS DEMEOS	78,98	m2	R\$ 1,81	R\$ 5,66	R\$ 589,98	
14.4	AGETOP	261307	PINTURA PVA LATEX 2 DEMEOS SEM SEALADOR	86,07	m2	R\$ 2,39	R\$ 3,35	R\$ 494,04	
14.5	AGETOP	261308	PINT. ESMALTE 2 DEM. ESQ. FERRO (SEM FUNDO ANTICOR.)	37,98	m2	R\$ 3,28	R\$ 7,61	R\$ 413,61	
							TOTAL	R\$ 2.623,78	R\$ 3.323,56
GRUPO DE SERVIÇO: 189- DIVERSOS									
				QUANT.	UND	MATERIAL	MÃO DE OBRA	TOTAL	
15	AGETOP	270000	DIVERSOS						
15.1	AGETOP	270610	PLACA DE INAUGURAÇÃO ACO ESCOVADO 80 X 80 CM	1,00	m2	R\$ 560,60	R\$ 3,35	R\$ 563,95	
15.2	AGETOP	Cotação	RELÓGIO 4 FACES	1,00	und		R\$ 28.350,00	R\$ 28.350,00	
15.3	AGETOP	270301	LIMPEZA FINAL DE OBRA - (OBRAS CIVIS)	8,23	m2	R\$ 0,33	R\$ 1,23	R\$ 3,31	
15.4	AGETOP	271803	LADRILHO HIDRAULICO DE DUAS CORES (SEM LASTRO)	15,38	m2	R\$ 74,33	R\$ 13,16	R\$ 1.394,03	
							TOTAL	R\$ 30.311,29	R\$ 38.369,25
							TOTAL	R\$ 70.814,46	
							BDI (26,65%)	R\$ 18.872,36	
							TOTAL COM BDI	R\$ 89.686,84	

2.1 Do valor estimado para a contratação:

2.1.1 O valor MÁXIMO ESTIMADO para contratação de empresa para execução da obra é de R\$ 89.685,54 (oitenta e nove mil, seiscentos e oitenta e cinco reais, e cinquenta e quatro centavos).

2.1.2 Consoante valor unitário e valores globais demonstrados no ORÇAMENTO BÁSICO que acompanha o presente Projeto Básico, cujos valores médios de cada item constam da tabela apurada pela Secretaria Municipal de Transportes da Prefeitura Municipal de Catalão, anexada aos autos e de acordo com o valor máximo estimado por item constante neste Projeto Básico, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93.

3. DO LOCAL PARA EXECUÇÃO DA OBRA

3.1. A obra está situada na Avenida Vinte de Agosto, Setor Central, Catalão Goiás. (Latitude: 18°10'07.58"S; Longitude: 47°56'54.25"O).

4. DA CAPACIDADE TÉCNICA

4.1. A proponente licitante deverá comprovar, NO ATO DE HABILITAÇÃO TÉCNICA, registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, conforme as áreas de atuação previstas neste instrumento.

4.2. Comprovação de possuir capacitação técnico-operacional, mediante um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecidos por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, devidamente identificada em nome do licitante, relativo à execução de obras ou serviços de engenharia, compatíveis com as características do objeto da presente licitação, comprovando já ter executado serviços semelhantes ao pretendido.

4.3. Comprovação da capacidade técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU da região pertinente ou da sede do licitante, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, relativo à execução dos serviços ora pretendidos.

4.4. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante.

4.4.1. A comprovação do prestador de serviços poderá ser comprovada mediante **DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE VINCULAÇÃO CONTRATUAL FUTURA**, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

4.5. No decorrer da execução da obra, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração. (Inciso §10 do Art. 30 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993).

5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO:

5.1. Para execução dos serviços que compõem o objeto desse certame, o licitante, obrigatoriamente, deverá ter Certificado de Acervo Técnico (CAT) expedido pelo CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, devendo comprová-lo no momento da

formulação da proposta.

5.2. Para prestação dos serviços dos itens que compõem o objeto licitado, o licitante deve, obrigatoriamente, possuir registro no órgão CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, devendo o licitante comprová-lo no momento da formulação da proposta.

5.3. Para execução dos serviços dos itens que compõem o objeto licitado deve-se prezar pelo disposto nas Normas Brasileiras de Regulamentação da ABNT, bem como, o caderno de encargos da AGETOP.

6. MODO DE ADJUDICAÇÃO

6.1. O modo de adjudicação será realizado pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

6.2. A obra pretendida envolve a construção da Torre do Relógio, localizada na Avenida 20 de Agosto.

6.3. Em que pese à regra das licitações ser baseada na adjudicação por item, optou-se, neste procedimento pela adjudicação pelo MENOR PREÇO GLOBAL, que está em consonância com a Súmula 247 do TCU, que assim estabeleceu:

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”(grifo nosso).

6.4. No presente caso, a escolha pelo modo de adjudicação global se dá em função da própria necessidade técnica da execução do objeto, em virtude do quantitativo certo e preço total extraídos dos projetos básicos e tabelas orçamentárias para construção da Torre Relógio, localizada na Avenida 20 de Agosto.

6.5. Não obstante, tal escolha decorre da necessidade de realização integral da construção da Torre do Relógio, localizada na Avenida 20 de Agosto, com maior agilidade, já que o prazo de execução estimada de 3 (três) meses, previsto no cronograma físico-financeiro, de modo ser viável e suficiente do ponto de vista técnico.

7. REGIME DE EXECUÇÃO

7.1. O regime de execução do contrato oriundo desse certame será de **EMPREITADA GLOBAL**.

8. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

8.1. A contratação de Empresa Especializada para a construção da Torre Relógio vem no sentido de resgatar a história da emancipação política do Município.

9. DEMONSTRAÇÃO DA NECESSIDADE DE QUANTIDADES ESTIMADAS

9.1. Demonstra-se o quantitativo pretendido baseado nos Projetos anexo a este.

10. VISTORIA TÉCNICA

10.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante **PODERÁ** realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado pelo Secretário Municipal de Transportes e Infraestrutura de Catalão, senhor **Luis Severo Braga** de segunda à sexta-feira, com agendamento prévio pelo telefone (64) 34411820, ou na Secretaria Municipal de Transportes e Infraestrutura, situada na Rua Portugal P. Guimarães, 778, Bairro Nossa Senhora de Fátima.

10.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

10.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

10.3. Realizada a vistoria técnica, a Secretaria Municipal de Transportes e Infraestrutura de Catalão, Goiás, irá fornecer declaração de visita técnica.

10.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

10.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

11. PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA E VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1. A construção da Torre Relógio, localizada na Avenida 20 de Agosto, está prevista para 3 (três) meses a partir da assinatura da ordem de serviços.

11.2. A vigência do contrato terá início na data de sua assinatura e encerramento em 31 de dezembro de 2019.

12. RECEBIMENTO DAS OBRAS E DOS SERVIÇOS

12.1. O serviço de construção da Torre Relógio deverá ser realizado conforme o cronograma físico-financeiro anexo.

12.2. A Contratada deverá realizar as obras e os serviços no prazo **MÁXIMO** de **03** (três) **MESES** a iniciar da assinatura da ordem de serviços.

12.3. O início da obra deverá acontecer logo após a assinatura do contrato e ordem de serviço.

12.4. A entrega dos serviços será acompanhada e fiscalizada por representante da Administração, designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

12.5. Eventuais pedidos de prorrogação dos prazos de entrega deverão ser devidamente justificados e dirigidos à Secretaria Municipal de Transporte e Infraestrutura.

12.6. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita qualidade do material e serviço fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas, no prazo de garantia do produto.

12.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico, Memorial Descritivo e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

12.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

12.9. Os bens/serviços serão recebidos:

a) **PROVISORIAMENTE**, a partir da entrega do Termo de Entrega Provisório de Obra, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta;

b) **DEFINITIVAMENTE**, a partir da entrega do Termo de Entrega Definitivo de Obra, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 30 dias do recebimento provisório.

12.10. O recebimento provisório ou definitivo não exime o profissional da responsabilidade civil pela qualidade e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites legais e contratuais.

12.11. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

12.12. O recebimento do serviço é de inteira responsabilidade do GESTOR do contrato, a ser indicado mediante Portaria Municipal a ser oportunamente anexada ao procedimento licitatório.

13. DOS MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

13.1. A contratada deverá fornecer todos os materiais, ferramentas e equipamentos a serem utilizados para a execução do objeto, conforme descrito neste instrumento.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

14.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

14.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

14.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

14.5. Efetuar as retenções tributárias sobre o valor da Nota Fiscal fornecida pela contratada.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

15.1. Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta.

15.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

15.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

15.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

15.5. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

15.6. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço.

15.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.

15.8. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico.

15.9. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.

15.10. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

15.11. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

15.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

15.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

15.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.16. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15.17. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

15.18. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

16. MEDIÇÕES E PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado pela Contratante **POR MEDIÇÃO** com respectiva apresentação da Nota Fiscal, emitida em conformidade com o instrumento contratual, após a emissão de laudos de medição atestando o cumprimento integral dos serviços por aferições parciais do Fiscal da Contratante.

16.2. O pagamento será efetuado após a efetiva entrega dos bens e/ou prestação de serviço com respectiva apresentação da Nota Fiscal, emitidas em conformidade com o instrumento contratual.

16.3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

Dados para nota fiscal

Nome: Prefeitura Municipal de Catalão

End.: Rua Nassin Agel, nº 505, Setor Central, Catalão/GO

CNPJ: 01.505.643/0001-50

16.4. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas dos seguintes documentos:

16.4.1. Comprovante de Ordem de Fornecimento, emitida pelo Departamento Responsável, com as devidas assinaturas;

16.4.2. Comprovante de entrega e recebimento das mercadorias assinados pelo Fiscal/Gestor do contrato;

16.4.3. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

16.4.4. Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, por meio de Certidão unificada expedida Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (www.pgfn.fazenda.gov.br) e Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedida pela Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br); ou Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

16.4.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, por meio do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal (www.caixa.gov.br) ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor na data de encerramento do prazo de entrega dos envelopes;

16.4.6. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, por meio de Certidão em relação a tributos estaduais (ICMS), expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante;

16.4.7. Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, por meio de Certidão em relação a tributos Municipais, expedida pela Prefeitura do domicílio ou sede da licitante;

16.4.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br; www.csjt.jus.br ou www.trt2.jus.br), conforme Lei nº 12.440 de 07/07/2011 e Resolução Administrativa TST nº 1470/2011;

17. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

17.1. A fiscalização da contratação será exercida por representante designado pela Administração, ao qual competirá dirimir dúvidas e registrar ocorrências que surgirem no curso da execução do Contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

17.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

17.4. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

17.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

17.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste

Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

18.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Fraudar na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Cometer fraude fiscal;
- f) Não mantiver a proposta.

18.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

18.2.2. Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

18.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

18.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

18.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

18.2.6. Impedimento de licitar e contratar com o Município de Catalão, por meio de seus órgãos da Administração Pública Direta e de suas entidades da Administração Pública Indireta;

18.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que

será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

18.3.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

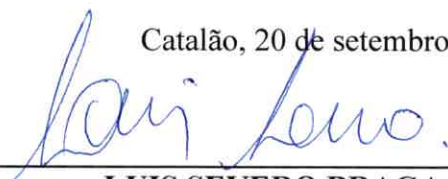
18.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

18.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Catalão, 20 de setembro de 2019.



LUIS SEVERO BRAGA GOMIDES

Secretário Municipal de Transportes e Infraestrutura de Catalão.
Engenheiro Civil

